

O governo deixou claro: não haverá medidas extras para aliviar o peso da maxidesvalorização de 30% sobre o custo das empresas endividadas em dólares. As medidas que o ministro Galvêas promete para reduzir o impacto inflacionário da medida são: redução no IOF sobre importação de produtos básicos, imposto sobre exportação de matérias primas; taxaço dos ganhos das ORTN com cláusula cambial. E técnicos do governo confirmam: o INPC será expurgado dos efeitos da máxi para evitar aumento de salários.

Primeiro a máxi. Agora, contenção de salários.

Está praticamente certo que os trabalhadores também pagarão o pesado custo com que a maxidesvalorização do cruzeiro sobrecarregará o País. Neste final de semana — enquanto o Banco Central baixava resolução impondo, em função da máxi, um imposto de exportação variável, de 10 a 30%, para vários produtos primários (minérios e agropecuários) e ficava pronto o primeiro esboço do decreto-lei que pretende excluir as ORTN com correção cambial dos benefícios da desvalorização do cruzeiro — técnicos do governo davam como certo que a alta de preços a ser provocada pela maxidesvalorização será excluída do cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que serve de base aos reajustes salariais.

Esse expurgo do INPC, que significará uma forte redução salarial, já fora acertado anteriormente com os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI), juntamente com as mudanças na política salarial, que também significaram reduções, determinadas por decreto-lei do presidente Figueiredo. O expurgo, inclusive, está previsto em um documento confidencial do FMI. E embora a Fundação IBGE venha resistindo a ele, fontes ouvidas ontem pelo *Jornal da Tarde* afirmaram não ter dúvida de que ele virá.

Como tentativa de reduzir o impacto inflacionário da máxi, o ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, anunciou, no Rio, que os aumentos dos derivados de petróleo serão escalonados, bem como os do trigo e dos serviços públicos, e apontou, ainda, as quatro medidas complementares que considera as mais importantes decorrentes da desvalorização de 30% do cruzeiro: o Imposto de Exportação sobre produtos primários; a taxaço dos ganhos dos portadores de

ORTN com correção cambial; a redução do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) incidente hoje sobre importações de matérias-primas e produtos básicos; e a revisão do crédito-prêmio às exportações de manufaturados.

Akihiro Ikeda, chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, afastou a hipótese de o governo vir a compensar as empresas endividadas em dólares, via Resolução 63 do Banco Central, alegando que isso significaria subsídios, o que é proibido pelo FMI, segundo disse. Já o chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda, Mailson da Nóbrega, previu que não será necessária nenhuma medida complementar para fazer baixar os juros internos, pois deverão cair “imediatamente” em função da máxi, o que também, segundo ele, deverá aliviar um pouco os efeitos inflacionários da desvalorização.

O imposto de exportação

A idéia inicial, de acordo com Mailson da Nóbrega, era taxar com 30% todas as exportações de produtos primários, apenas com algumas exceções. Mas como há setores que estão exportando com prejuízo, isto é, com “gravosidade”, o Banco Central decidiu por uma alíquota variável de 10 a 30%.

O açúcar, que está sendo exportado a um preço inferior à metade do custo interno de produção, e o café, que teve o confisco cambial sobre as exportações aumentado 37,5%, foram excluídos da lista do imposto de exportação. O algodão, com exportação gravosa de 17%, foi taxado com 10%, en-



quanto a soja e outras “sementes e frutos, oleaginosos, sementes e frutos diversos, plantas industriais e medicinais e palha e forragem” ficaram com alíquota de 30%.

A carne bovina, ao lado de outras “carnes e miúdos comestíveis”, bem como os cereais em geral (menos o trigo mourisco, com alíquota de 30%), ficarão com alíquota de 10%, devido às dificuldades de venda ao Exterior. Segundo Mailson da Nóbrega, a intenção do governo, com o imposto de exportação, é evitar que com a maxidesvalorização de 30% os exportadores passassem a exportar a preço abaixo do mercado, transferindo os efeitos “benéficos” da máxi para o Exterior.

Provavelmente hoje o Ministério da Fazenda fixará o prazo para recolhimento do imposto, e já se decidiu que será utilizada a taxa cambial do contrato de câmbio a que se vincula a exportação, para determinar o valor em cruzeiros da base de cálculo do imposto. Segundo o Banco Central, estão livres do imposto os valores de exportação com contrato de câmbio assinado antes do dia 18 passado.

ORTN: correção cambial.

O esboço dos termos do decreto-lei visando a impedir que a máxi beneficie os portadores de ORTN com cláusula de correção cambial já está pronto e será discutido hoje pelos ministros da área econômica, antes do encaminhamento ao presidente da República.

Mas o próprio Mailson da Nóbrega,

ao dar a informação, mostrou que o governo está preocupado com a possibilidade de os portadores da ORTN com correção cambial não concordarem em não receber os benefícios da máxi. E mesmo em alguns setores do governo, em Brasília, há quem ache ilegal uma decisão nesse sentido, mesmo porque, se foi criada uma ORTN com correção cambial, não há por que mudar as regras. Uma das saídas, segundo Mailson da Nóbrega, seria garantir a esses papéis correção cambial de 12,7%, a mesma prevista para todo este ano, acima da inflação. Mas nada está decidido ainda, ele assinalou.

Inflação descontrolada

José Milton Dallari Soares, chefe da SEAP (Secretaria Especial de Abastecimento e Inflação descontrolada), e não admite que isso seja, obrigatoriamente, consequência da maxidesvalorização.

— Não se pode tirar nenhuma conclusão da maxidesvalorização sem conhecer todas as medidas complementares que serão tomadas. Não vejo porque falar imediatamente numa inflação acelerada.

Dallari, que disse isso ontem, em São Paulo, adiantou que as reuniões que estão sendo realizadas na Seap, em Brasília, com os diversos setores industriais, prosseguirão normalmente esta semana, quando estão previstos encontros com representantes de siderúrgicas e indústria automobilística, entre outros. Mas disse nada poder informar a respeito de futuro controle de preços. No momento o governo administra (ou “tabela”) os preços de leite, trigo, aço, energia elétrica e telefone, sendo que todos os demais são liberados.